

Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins
e Patrícia Ávila (orgs.)

CIES 40 ANOS

Antologia de Estudos Sobre Portugal Democrático



© Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins e Patrícia Ávila (organizadores), 2025

Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins e Patrícia Ávila (organizadores)
CIES 40 anos. Antologia de Estudos Sobre Portugal Democrático

Primeira edição: dezembro de 2025
Tiragem: 100 exemplares

ISBN: 978-989-8536-99-0
Depósito legal: 557352/25

Composição em carateres Palatino Linotype, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Impressão e acabamentos: Europress, Ld.^a

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, Iscte-IUL, edifício 4, sala 007, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Capítulo 9

Migrações, qualificações e desigualdade social

Rui Pena Pires e Cláudia Pereira

Na intervenção pública como no discurso académico, a emigração tende a ser identificada como um problema social ou, mais rigorosamente, como um indicador de problemas sociais. Haverá emigração, subentende-se, porque há problemas que levam as pessoas a abandonar as suas terras, contra a sua vontade, e a partir para o desconhecido. Viver enraizado num local seria uma espécie de propriedade geral da espécie humana, migrar um contratempo indesejado.

Não é preciso substituir esta conceção implícita do ser humano como ser sedentário por uma de sentido inverso, naturalizando a mobilidade, para perceber que este tipo de essencialização cria obstáculos ao conhecimento das causas, propriedades e consequências variadas das migrações. Mais concretamente, impede-nos de avaliar a possibilidade de a migração ser também, para além de uma resposta a problemas, uma escolha positivamente valorizada e desigualmente acessível.

O pressuposto da emigração como problema é facilitado por um tratamento das questões migratórias em que a ideia de comunidade prevalece sobre a de sociedade de indivíduos com posições sociais desiguais. As chamadas comunidades migrantes e as sociedades de partida e de destino tendem a ser as unidades de análise escolhidas e tratadas de modos que acentuam a sua homogeneidade, remetendo-se a categoria de desigualdade sobretudo para a caracterização da relação entre espaços nacionais ou regionais.

Num texto sobre as relações entre migrações e desigualdade, convém começar por sublinhar que a primeira dessas relações resulta do facto de os migrantes serem desiguais entre si, mesmo quando têm origens territoriais comuns, e que, provavelmente, as causas, propriedades e consequências das migrações variam em função da desigualdade intra-migrantes. Entre essas variações estará o modo como é vivida a migração, mais como problema ou mais como oportunidade, por agentes desiguais entre si.

Nas páginas que se seguem procuramos, num primeiro momento, examinar as principais relações entre desigualdades e migrações. Num segundo momento, alguns dos argumentos apresentados são ilustrados e testados com base numa análise preliminar de dados estatísticos sobre a emigração portuguesa.

Migrações e desigualdades

Nesta secção identificamos e caracterizamos as duas relações fundamentais entre desigualdades e migrações, ou seja, a relação entre desigualdades de base territorial e migrações e a relação entre desigualdade social e oportunidades de mobilidade. Na discussão sobre esta segunda relação, argumenta-se que a desigualdade das qualificações constitui, provavelmente, a variável-chave, nomeadamente na constituição da possibilidade da migração como oportunidade de mobilidade.

Desigualdades de base territorial e migrações

No estudo das migrações, a variável desigualdade habitualmente usada é a da desigualdade territorial. Seja nas explicações influenciadas pelas teorias económicas neoclássicas, seja naquelas mais associadas às teorias neomarxistas do sistema-mundo, o enunciado geral é similar: as migrações tendem a dirigir-se das regiões menos desenvolvidas, ou periféricas, para as mais desenvolvidas, ou centrais. Neste ponto, o argumento também não diverge muito: as desigualdades socioeconómicas entre territórios, nomeadamente de salários e de emprego, estariam na origem das migrações e explicariam a sua direção.

O enunciado, bem como o argumento, não está errado. No mundo contemporâneo, as migrações de trabalho das regiões menos desenvolvidas da economia mundial para as mais desenvolvidas são um facto empiricamente comprovável. Convém, contudo, qualificá-lo para não se cair em erro, quer porque dele retirando corolários inaceitáveis, quer porque fazendo generalizações abusivas do seu âmbito.

Em primeiro lugar, o enunciado presta-se a equívocos, sugerindo, o que é falso, que os fluxos migratórios envolvem sobretudo os mais pobres, das regiões mais pobres, numa mobilidade para as regiões mais ricas. Falso (Portes, 1999: 3), porque as migrações, sobretudo as internacionais, requerem recursos e competências de que os mais pobres raramente dispõem: custos de informação, de deslocação e de instalação e competências de interpretação e de atribuição de confiança às oportunidades de mobilidade, que especificaremos mais adiante. Em consequência, não só migram sobretudo aqueles que, tendo a ganhar instrumentalmente com a migração dispõem daqueles recursos e competências, como o tendem a fazer seguindo rotas historicamente estabelecidas, as quais, por efeito de rede, disponibilizam informação credível e garantem o acesso a mais apoios no destino. Ora, é raro as redes que facilitam as migrações otimizarem o contraste socioeconómico entre origem e destino dos fluxos migratórios, dada a sua origem em acontecimentos históricos, pelo que dizer que estes se dirigem das regiões subdesenvolvidas para regiões desenvolvidas não é o mesmo que dizer que se dirigem das regiões mais subdesenvolvidas para as mais desenvolvidas. Dirigem-se, sim, na maior parte dos casos, das regiões subdesenvolvidas para as regiões desenvolvidas entre as quais existe uma história relacional e, em particular, redes migratórias anteriores.

Em segundo lugar, o enunciado é menos universal do que se pretende, sendo também relevantes tanto as migrações em sentido contrário, das regiões e países desenvolvidos para os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como as migrações entre espaços com níveis de desenvolvimento e riqueza semelhantes (Goldin,

Cameron e Blarajan, 2011: 122). As razões são simples de enumerar. Por um lado, e usando uma analogia cibرنética simples, a energia (do trabalho) não é o único recurso móvel, também o é a informação (do controlo hierárquico). Por isso, as migrações de profissionais qualificados do centro para a periferia da economia mundial tendem a acompanhar o investimento estrangeiro, muitas vezes no âmbito do mercado de trabalho das empresas transnacionais. Por outro lado, no caso das migrações entre regiões e países com níveis semelhantes de desenvolvimento, a realidade agregada dessa semelhança não implica a inexistência de desigualdades setoriais que podem estar na origem de processos de atração em segmentos especializados do mercado de trabalho (por exemplo, de Paris para o centro financeiro de Londres) ou responder a procura social em domínios tão diversos como os do alojamento ou da reforma (por exemplo, da Alemanha para as Baleares espanholas).

É por isso que, em rigor, o enunciado comum segundo o qual os fluxos migratórios tendem a dirigir-se das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas remete para um caso particular, embora estatisticamente maioritário, de um conjunto mais vasto de migrações associadas às desigualdades de base territorial. Um enunciado alternativo, mais geral, deveria acentuar que as migrações oferecem possibilidades de resposta individual diferenciadas, e em regra padronizadas, às desigualdades de base territorial. Ou, para retomar uma formulação clássica, ainda que preliminar, o “desenvolvimento económico é desigual... [e as]... migrações são, em si mesmas, uma resposta a essa diversidade espacial” (Salt, 1987: 244).

Desigualdades sociais e oportunidades de mobilidade

A migração é uma resposta *minoritária* às desigualdades de base territorial. Se não o fosse, o volume da população de migrantes internacionais, medido como a percentagem, na população mundial, do conjunto dos indivíduos que vivem fora do país em que nasceram, não seria da ordem dos 3%. Dito de outro modo, 97% da população do planeta não seria, pelo menos no plano das migrações internacionais, uma população mais sedentária do que móvel.¹

1 A percentagem da população mundial envolvida em migrações internacionais *de facto* será provavelmente o dobro, ou seja, da ordem dos 6-7%. O que especifica uma migração internacional é a transformação do migrante em estrangeiro e o que caracteriza o estatuto de estrangeiro é uma redução de cidadania em consequência do atravessamento de uma fronteira político-administrativa, assim se constituindo uma *desigualdade categorial* fundamental (Costa, 2012: 26-28). Ora, na China, as migrações internas campo-cidade geram, para os migrantes, um estatuto próximo do de estrangeiro, por implicarem uma redução dos seus direitos, em particular no plano social (Solinger, 1999; Froissart, 2013). Estima-se que nesses processos de mobilidade interna estivessem envolvidos, de acordo com os dados do censo chinês de 2010, cerca de 221 milhões de indivíduos (Liang, 2015: 42), número um pouco superior aos 214 milhões de migrantes internacionais no mesmo ano (King *et al.*, 2010: 40). Se no caso chinês parte das migrações internas têm muitas das propriedades das migrações internacionais, na União Europeia passa-se o contrário: nas migrações internacionais entre estados-membros a tendência tem sido no sentido da redução do estatuto de estrangeiro dos migrantes nelas envolvidos (Kovacheva *et al.*, 2012). Redução mas não ainda anulação, pelo que, apesar de tudo faz menos sentido subtrair estes processos de mobilidade *sui generis* às migrações internacionais do que somar a estas as migrações intenias na China.

As razões do *excepcionalismo* migratório são conhecidas e resultam, como já se referiu, dos diferenciais de percepção das migrações como oportunidade de mobilidade e dos custos, também diferenciados, do movimento migratório e da integração na sociedade de destino. A percepção depende muito do acesso a informação, considerada credível, sobre a existência de alternativas de vida proporcionadas pela migração. Os custos incluem, no início do movimento migratório, a incerteza resultante do abandono de um meio social conhecido, preenchido por rotinas e rituais, composto por relações de sociabilidade variadas, em troca de um mundo novo, em grande parte desconhecido e de maior isolamento social inicial. Aqueles custos do que Giddens designa por insegurança ontológica associada à desrotinização (Giddens, 1984: 60-64). Incluem, ainda, os custos materiais da própria deslocação e da fixação no destino. Numa segunda fase, de integração na sociedade de destino, os custos resultam, antes de mais, da redução de direitos associada ao estatuto de estrangeiro e, por outro lado, do envolvimento em processos laboriosos, e em alguns casos com respostas hostis, de reconstrução de rotinas, de aprendizagem de rituais e de participação em novas redes relacionais.

Estes custos podem ser reduzidos quando existem redes sociais interpessoais transnacionais que ligam países de origem e de destino. As redes não só permitem mais circulação de informação acessível aos potenciais migrantes, porque veiculados no âmbito de relacionamentos pessoais em que há confiança interpessoal, como permitem obter apoio para suportar os custos de deslocação e instalação inicial. E permitem, acima de tudo, reduzir, em geral, os custos de insegurança associados às migrações.

Porém, sendo interpessoais, as redes não suportam processos generalizados de migração, quer no sentido em que só incluem, necessariamente, um número reduzido de laços sociais, maioritariamente de proximidade, como no sentido em que implicam uma seleção de destinos e não um catálogo aberto de alternativas. As redes viabilizam as migrações pelas mesmas razões por que as canalizam. Por isso as migrações internacionais tendem a ser muito canalizadas entre um número reduzido de origens e de destinos, nos planos nacional, regional e local (Faist, 2000).

A dependência das redes sociais interpessoais não é a mesma, independentemente da posição social dos potenciais migrantes. Como não são idênticas as percepções e valorizações das oportunidades de mobilidade, nem são iguais os recursos disponíveis para enfrentar os custos das migrações. Nem são sequer equivalentes os custos associados à incerteza induzida pelas migrações em todas as fases do percurso migratório. Em todos estes planos, a desigualdade socioeconómica condiciona as oportunidades de mobilidade migratória, ampliando-as no topo das hierarquias sociais e reduzindo-as na base.

A probabilidade de migrar é, em rigor, tanto maior quanto maior for o volume e diversidade de capitais que o potencial migrante possa acionar para avaliar as oportunidades de migração, decidir sobre elas e concretizá-las. O facto de a maioria dos migrantes estar situada mais próxima da base do que do topo das hierarquias sociais reflete simplesmente o facto de essas posições serem em maior

número, não a maior ou menor probabilidade de migrar em função da posição social. Como se verá em seguida, não só a probabilidade de migrar é maior no topo do que na base, como se pode falar de capacidade migratória, ou de capacidade de mobilidade, como um recurso mobilizável pelos que já têm mais recursos para melhorar o seu posicionamento social. As elites contemporâneas são, cada vez mais, elites cosmopolitas constituídas, também, através da acumulação de trajetórias de mobilidade socioespacial.

Migrações, qualificações e desigualdades

Na relação entre desigualdade e migrações a desigualdade das qualificações é, provavelmente, a variável-chave. Claro que a desigualdade económica, de rendimentos e património, afeta também a capacidade migratória. Por exemplo, nas migrações africanas para a Europa através do deserto do Sahara, não estão envolvidos, ao contrário do que se possa pensar, os mais pobres dos países de origem. Para percorrer as rotas irregulares da emigração África-Europa é necessário ter recursos para pagar aos traficantes que as operam, recursos de poupanças ou que resultem da venda de algum bem mais valioso, seja a terra ou o gado. No outro extremo da escala social, existem hoje políticas de captação de migrantes com património e rendimentos elevados em condições mais favoráveis, um pouco por toda a Europa, de que é exemplo, em Portugal, a medida dos chamados *vistos gold*.

Em geral, porém, é sobretudo a desigualdade das qualificações, em parte associada com a desigualdade económica, que explica a desigualdade migratória. Como se sabe há muito, a capacidade migratória tende a ser maior entre os trabalhadores qualificados do que entre os desqualificados (Johnson e Salt, 1990). Como é fácil de perceber, isso significa que a taxa de emigração tende a ser maior entre os segmentos mais qualificados dos países de origem, do que entre os segmentos menos qualificados, mas não que os migrantes qualificados constituam a maioria dos migrantes.² São três as razões principais por detrás desta desigualdade:

- quanto mais qualificado for o potencial migrante, mais possibilidades terá de utilizar informação codificada, impessoal, técnica, na identificação de oportunidades de migração (para além da informação interpessoal);
- quanto mais elevadas forem as qualificações, mais possibilidades terá o potencial migrante de mobilizar meios organizacionais de suporte à deslocação e, eventualmente, à instalação inicial no destino (para além das redes interpessoais);

2 Taxa de emigração é a relação entre a população total nascida num país e a parte dessa população emigrada, isto é, que vive há mais de um ano noutra país. Pode ser medida globalmente ou para setores específicos da população definidos, por exemplo, em função do sexo ou da qualificação. Neste último caso, a medida tende a ser feita mais em termos de *stock*, para o qual há em regra um leque alargado de variáveis de caracterização, do que em termos de fluxo.

- é entre os que dispõem de mais qualificações que é mais provável a emergência de orientações cosmopolitas favoráveis a estratégias de mobilidade territorial alargada (para além do interesse na migração).

Expliquemos um pouco melhor estas razões, retomando argumentos mais longamente desenvolvidos noutro texto (Pires, 2003: 64-94).

Em primeiro lugar, quanto mais qualificado for o potencial migrante, a mais informação terá acesso pois menos dependente estará da informação particular que circula no âmbito das redes sociais entre origens e destinos, informação esta central, quando não exclusiva, para a tomada de decisão entre os menos qualificados. Quanto mais qualificado mais possibilidade terá de utilizar, para além daquela informação interpessoal, informação codificada, impessoal, técnica na identificação de oportunidades de migração, quer porque terá as competências técnicas para o efeito, quer porque, mais provavelmente, será capaz de depositar confiança em fontes impessoais de informação.

Em segundo lugar, quanto mais elevadas forem as suas qualificações (e os recursos económicos disponíveis), mais possibilidades terá o potencial migrante de mobilizar meios organizacionais formais e legais tanto para suporte da deslocação como para planejar e organizar a sua instalação inicial no destino. Isto acontece, por um lado, porque existe uma relação entre o acesso ao tipo de informação atrás referido, de carácter mais codificada, impessoal e técnica e o acesso a meios organizacionais formais e, por outro, porque os procedimentos formais de recrutamento são mais frequentes nas profissões mais qualificadas.

Em terceiro lugar, quanto mais elevada a qualificação mais provável é a emergência de orientações cosmopolitas, a que tendem a estar associadas menores vinculações comunitárias locais e maior probabilidade de orientação para grupos de referência externos (Merton 1968: 479-513; Jansen, 1969: 65). Estas orientações tendem a ser congruentes com o desenvolvimento de modos de territorialização menos loca-listas dos meios sociais mais qualificados, nomeadamente no campo profissional.

Ou seja, nestes casos, os contrastes socioculturais envolvidos na migração tendem a ser menores e, portanto, tende também a ser mais fácil a aprendizagem necessária para a inserção dos novos migrantes em quadros de interação locais mas não autóctones. Como salienta Bauman, referindo-se ao que designa como a nova “elite cosmopolita”, “o seu estilo de vida celebra a irrelevância do lugar [...]. Semelhança é a sua característica mais conspícuia”, produzida em oposição à “variedade dos nativos”, pois “a ‘bolha’ em que [os membros da] nova elite cosmopolita [...] passam a maior parte das suas vidas é [...] uma zona livre da comunidade” (Bauman, 2001: 57). Ou, como refere um dos quadros entrevistados no âmbito do projeto Bradramo sobre a emigração portuguesa qualificada, “eu vivo na Noruega, mas não vivo na Noruega. Vivo fisicamente na Noruega, mas trabalho numa bolha internacional” (Gomes *et al.*, 2015: 266).

Do conhecimento, na origem, destas condições de integração no destino resulta uma facilitação das decisões de migração dos quadros e, portanto, uma maior probabilidade de migrar. Em meios sociais mais qualificados, a mobilidade, na formação como na profissão, tende crescentemente a constituir-se como recurso, oportunidade e

marca de distinção.³ Permite, e é facilitada por, um posicionamento privilegiado no plano das *desigualdades existenciais* ligadas à globalização, posicionamento esse sustentado pela acumulação de *competências internacionais* (Costa, 2012: 73).

A maior facilidade de incorporação de episódios migratórios nas trajetórias de vida dos mais qualificados é incrementada pelo crescente predomínio, nas políticas de imigração, de orientações seletivas de concorrência pela captação de recursos humanos qualificados. Ou seja, a desigualdade de facto, que resultava já em vantagem para os setores mais qualificados, tende a ser normativamente reforçada pela primazia atribuída a políticas de imigração que reforçam a seletividade do recrutamento, quer porque favorecem a captação de qualificados, quer porque, em simultâneo, colocam restrições crescentes às migrações de trabalho.

Conjugados, os mecanismos e dinâmicas analisados nesta secção explicam a tendência, empiricamente observável, para as taxas de emigração serem mais elevadas entre os mais qualificados do que entre os menos qualificados.

Qualificações e desigualdades na emigração portuguesa

Existe, hoje, uma imagem sobre a emigração portuguesa que se pode resumir na expressão “agora é mais qualificada”. De acordo com esta imagem, não só a emigração portuguesa era, no passado recente, um movimento de saída de trabalhadores pouco qualificados, como só agora teria chegado a vez de incluir também os mais qualificados. Em algumas intervenções públicas, em particular nos média, a nova emigração portuguesa do século XXI é mesmo apresentada como sendo um processo de mobilidade em que predominam os licenciados e outros ativos mais qualificados.

As duas componentes desta imagem estão erradas. Por um lado, a emigração de ativos qualificados tem sido uma constante desde, pelo menos, os anos 60 do século passado. Por outro, a emigração atual, pós-crise de 2008, é maioritariamente composta por trabalhadores pouco qualificados.

A história longa da emigração portuguesa qualificada

Nos anos 60, a emigração qualificada era relativamente invisível, quer porque envolvia poucos migrantes em termos absolutos, em consequência dos baixos níveis de qualificação da população portuguesa, quer porque se dirigia, sobretudo, para as então colónias africanas, não aparecendo por isso nas estatísticas sobre a emigração internacional. Como se refere noutra texto (Pires, 2003:

3 A definição da mobilidade como recurso desigualmente distribuído converge parcialmente com as propostas de Vincent Kaufmann sobre a “motilidade” enquanto capacidade ou facilidade de se mover (conceito importado da biologia). Kaufmann usa-o para conceptualizar a mobilidade socioespacial como capital desigualmente distribuído, à Bourdieu, no contexto dos processos de compressão do espaço-tempo nas sociedades contemporâneas (Kaufmann, Bergman e Joye, 2004). Esta linha de conceptualização ganharia, provavelmente, em ser reconstituída para incluir os contributos de Amartya Sen sobre a desigualdade de capacidades em fazer e concretizar escolhas (Sen, 2009).

194-1999), resultou de uma reorientação da política colonial em consequência da guerra, reorientação essa caracterizada, por um lado, pela procura de um maior controlo e integração das populações africanas por via administrativa e cultural e, por outro, pela promoção de um desenvolvimento económico acelerado baseado numa industrialização por substituição de importações suportado pelo crescimento das classes médias por via da intensificação das migrações coloniais (Castelo, 2007; Ferreira, 1990; Léonard, 1999; Murteira, 1999; Paulo, 1999). A procura migratória suscitada por aquelas transformações da política colonial era dirigida para a captação de ativos com qualificações médias e elevadas, como funcionários públicos, professores e técnicos e pessoal de enquadramento e gestão das empresas.

A falta de dados sociodemográficos sobre esta migração *sui generis* foi parcialmente compensada com a disponibilização de dados sobre o seu movimento-espelho diferido, o repatriamento de África, em meados dos anos 70, na sequência da descolonização. De facto, os dados do Censo de 1981 sobre os chamados retornados permitem concluir que estes estavam sobre-representados na população portuguesa mais qualificada e sub-representados na menos qualificada. Considerando apenas a população com mais de 30 anos, eram retornados cerca de 5% da população portuguesa total mas menos de 1% dos analfabetos adultos e de 2% dos indivíduos que não possuíam qualquer grau escolar. Em contrapartida, eram retornados 13% dos portugueses que realizaram cursos médios ou profissionais e 11% dos que concluíram um curso superior (Pires 2003: 212-214).

Três observações sobre esta realidade pouco reconhecida da emigração portuguesa. A primeira, para assinalar que a emigração para as então colónias resultava numa incorporação no destino em posição dominante nas hierarquias sociais da desigualdade. Existia, portanto, um duplo contraste com a emigração que, pela mesma altura, se dirigia para os destinos europeus, França em particular, composta na sua quase totalidade por trabalhadores muito pouco qualificados (Peixoto, 1999; Espírito-Santo, 2013): contraste na estrutura das qualificações que se sobreponha a um contraste no posicionamento social no destino. Esta relação entre qualificação e desigualdade, agora no plano da integração na sociedade de destino, não é específica da situação colonial. Nas migrações de quadros no sentido centro-periferia, as atividades no destino, nomeadamente as realizadas no âmbito dos mercados de trabalho das empresas transnacionais e organizações internacionais, estão, com alguma frequência, inseridas no que poderemos designar por “enclaves dominantes”, por contraponto aos “enclaves étnicos”, subordinados, que encontramos nas sociedades centrais e para onde se dirigem, sobretudo, migrações de trabalho pouco qualificado.

Uma segunda observação, para aprofundar as razões da invisibilidade da emigração qualificada para as colónias. A percepção pública da emigração qualificada está muito associada às controvérsias sobre a “fuga de cérebros”, em particular à controvérsia sobre a carência de recursos humanos considerados fundamentais para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico dos países de origem, a que se associa a crítica ao facto de os custos de formação daqueles recursos humanos serem suportados nos países de origem e os benefícios da mesma formação serem fruídos

nos países de destino.⁴ Ora, a imigração massiva dos “retornados”, em 1975, veio compensar os efeitos temidos na crítica à “fuga de cérebros” no exato momento em que eles se poderiam começar a fazer sentir. De facto, o repatriamento contribuiu, significativamente, para o reforço dos efetivos mais qualificados da população portuguesa, tanto em geral como nas regiões e setores de atividade em que estes eram mais escassos, num período de maior procura de trabalho qualificado, em particular por via da procura induzida pelo rápido desenvolvimento de um estado social quase inexistente antes do 25 de Abril (Pires, 2003: 251).

A terceira observação permite fazer a transição para a análise das relações entre qualificações e desigualdade no contexto da nova emigração portuguesa no século XXI. Tendo em conta a abertura tardia do ensino superior nas colónias, apenas em 1968 e só em Angola e Moçambique,⁵ a quase totalidade dos licenciados retornados tinha concluído os seus estudos em Portugal. Ou seja, de acordo com os dados, e considerando ainda os fluxos de emigração qualificada dos anos 60 para a Europa, nomeadamente em consequência da recusa em participar na guerra colonial, a taxa de emigração de qualificados portugueses (ver nota 2) teria, no final dos anos 60, um valor em torno dos 10%. Ora, este valor é muito semelhante ao observado para o mesmo indicador em 2000/01 e em 2010/11. Nestes dois anos, em que há dados sobre a qualificação dos emigrantes em resultado da realização de censos um pouco por todo o mundo, cerca de 11% dos indivíduos nascidos em Portugal com uma licenciatura completa estavam emigrados no espaço da OCDE (OECD, 2008; OECD 2013; Pires *et al.*, 2014: 71-72). Se contarmos com os portugueses emigrados noutras países, em particular em Angola e Moçambique, é provável que o valor daquela taxa fosse um pouco superior, sobretudo em 2010/11.

Qualificações e desigualdade na nova emigração portuguesa do século XXI

A subida relativamente modesta da taxa de emigração dos qualificados num período longo, de cerca de 40 anos, não significa, porém, que a percentagem de emigrantes qualificados não tenha aumentado. Sendo difícil obter dados fiáveis para as últimas décadas do século XX, a análise terá que se centrar no último período intercensitário, 2000/01-2010/11.

Na primeira década do século XXI, a percentagem de diplomados do ensino superior na população portuguesa emigrada nos países da OCDE cresceu mais de 50%. Em dez anos, a percentagem de licenciados entre os imigrantes portugueses fixados naqueles países passou de 6%, em 2001, para 11%, em 2011 (Pires *et al.*, 2014: 71-72; Pires *et al.*, 2015: 278). No mesmo período, porém, cresceu ainda mais, cerca de 80%, a taxa de qualificação da população residente em Portugal: a percentagem de diplomados passou de 8%, em 2001, para 14%, em 2011 (*idem*). A diferença entre as

⁴ Para uma relativização desta percepção da emigração qualificada como “fuga de cérebros”, ver Özden e Schiff (2006).

⁵ Os estudos gerais, criados em 1962, não conduziam à obtenção de um diploma do ensino superior (Paulo, 1999).

Quadro 9.1 Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, com 15 e mais anos, por país, segundo a duração da estadia e o nível de instrução, 2010/11

País	Duração da estadia: superior a 10 anos (%)	Nível de instrução: ensino superior (ISCED97 5/6) (%)
Novos países europeus de emigração (mais de 50% dos portugueses emigrados fixaram-se há menos de 10 anos)		
Irlanda	18,2	36,8
Dinamarca	30,9	33,6
Noruega	38,7	39,8
Reino Unido	41,0	38,3
Países europeus de emigração antiga (mais de 50% dos portugueses emigrados fixaram-se há mais de 10 anos)		
Bélgica	58,7	10,5
Espanha	60,3	13,0
Países Baixos	68,1	11,6
Suécia	69,3	28,2
Luxemburgo	70,0	4,1
Itália	71,7	17,4
França	89,1	6,5
Austrália	93,5	15,7
EUA	94,5	13,8
Canadá	96,7	16,5

Fonte: apuramentos elaborados pelo Observatório da Emigração, valores da OCDE, Database on Immigrants in OECD Countries, DIOC-2010/11 (Pires *et al.*, 2015: 286 e 289).

duas taxas poderá resultar, em parte, da ausência de dados sobre a qualificação dos emigrantes portugueses a viver fora do espaço da OCDE, em particular em Angola, Brasil e Moçambique. De qualquer forma, mesmo que as taxas de qualificação da população residente em Portugal e da população portuguesa emigrada tivessem crescido o mesmo, isso significaria que o aumento da qualificação da população emigrada seria mais o resultado do aumento da qualificação da população portuguesa, em geral, do que de uma maior incidência da emigração nos setores qualificados. Por isso, a taxa de emigração entre os qualificados praticamente não se alterou durante o período em análise, mesmo tendo aumentado a percentagem de emigrantes qualificados.

Os dados referidos significam também que a população portuguesa emigrada continuava a ser maioritariamente composta por indivíduos com qualificações médias e baixas: em 2010/11, 62% dos emigrantes portugueses, com 15 e mais anos, a residir em países da OCDE tinham, no máximo, o ensino básico (ISCED 0/1/2) e 27% o secundário (ISCED 3/4) (Pires *et al.*, 2015: 278). Ou seja, quase nove em cada dez tinham um nível de instrução inferior ao da licenciatura.

É certo que esta estrutura de qualificações, do conjunto da população emigrada era, em parte, o resultado acumulado da história. De facto, quando se analisa a composição da população portuguesa emigrada por país de destino observa-se uma clara relação entre a estrutura das qualificações e a longevidade da emigração. Tendencialmente, quanto maior é a percentagem da população com uma estadia mais prolongada, menor é a taxa de qualificação (ver quadro 9.1). Nos países da OCDE de emigração portuguesa mais recente, isto é, em

que mais de 50% dos portugueses emigrados aí viviam há *menos* de 10 anos, mais de um terço tinha uma licenciatura, mestrado ou doutoramento, em 2010/11, valores superiores aos observados para o conjunto da população residente em Portugal (13,2% dos indivíduos com 15 e mais anos). Pelo contrário, em países em que mais de metade da população portuguesa emigrada aí vivia há *mais* de 10 anos, a percentagem dos que tinham pelo menos uma licenciatura era, em regra (excluindo na Suécia), inferior a 20%, ou mesmo a 10% no caso de dois dos mais importantes destinos europeus, França (6,5%) e Luxemburgo (4,1%).

A qualificação da população emigrada é, porém, um indicador muito indireto e falível sobre a qualificação da emigração *num momento particular*. Isto porque esses dados nada nos dizem sobre a origem dessas qualificações. Quando, por exemplo, lemos no quadro 9.1 que 13,8% dos portugueses com mais de 15 anos a viver nos EUA tinham, em 2010/11, um diploma do ensino superior, não sabemos qual a parte desses diplomados que emigrou adulto já com o grau, e qual a parte que emigrou jovem e fez os seus estudos superiores nos EUA. Ora, quando a emigração é mais antiga, como é o caso da emigração portuguesa para os EUA, é provável que percursos de mobilidade social ascendente tenham tido tradução na melhoria da qualificação dos filhos emigrados jovens, com trajetos provavelmente mais semelhante aos das chamadas segundas gerações do que aos dos pais.

O mesmo se verifica quando se usa a taxa de emigração por qualificações. De facto, o que a taxa referida no início desta secção nos diz é que os diplomados do ensino superior nascidos em Portugal e residentes noutras países representavam, em 2011, 11% do número total de diplomados do ensino superior nascidos em Portugal, residindo os restantes 89% em Portugal.⁶ O que não nos diz é onde os diplomados emigrados que nasceram em Portugal fizeram os seus estudos superiores. Uma vez mais, não sabemos se esses diplomados emigraram jovens, no quadro familiar, e se diplomaram já no país de emigração, ou se, pelo contrário, emigraram adultos com estudos feitos em Portugal. A diferença pode ser significativa: estimativas do Banco Mundial indicam que, para o conjunto do mundo, a percentagem de diplomados emigrados nascidos em Portugal era da ordem dos 20%, em 2001 (valor provavelmente sobreavaliado). Porém, segundo o mesmo Banco, essa percentagem descia para 13% quando se considerava apenas os diplomados que emigraram com 22 e mais anos e, portanto, com o essencial da sua formação já realizada (Beine, Docquier e Rapoport, 2006).

Para analisar a evolução da qualificação da emigração seria pois necessário dispor de dados de caracterização dos fluxos de saída, mais do que do *stock* de emigrados. Não existindo, nos países democráticos, registos de saídas (emigração)

6 Em rigor, haveria um pouco menos a residir em Portugal porque nos qualificados emigrados apenas estão contabilizados os que se fixaram nos países da OCDE. Embora a grande maioria dos emigrantes portugueses viva naqueles países, ficam de fora dos cálculos os que se fixaram noutras destinos significativos, em particular no espaço lusófono. Ora, sabe-se que, pelo menos nos casos de Angola e Moçambique, a emigração portuguesa recente é maioritariamente composta por indivíduos com qualificações superiores ou médias (Candeias, 2016; Ferreira, 2016).

Quadro 9.2 Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE há um ano ou menos, com 15 e mais anos, segundo o nível de instrução, 2010/11

País	Nível de instrução (em %)			Total (N)
	Básico [ISCED 0/1/2]	Secundário [ISCED 3/4]	Superior [ISCED 5A/5B/6]	
Total OCDE	46	21	33	23.275
Novos países europeus de emigração (mais de 50% dos portugueses emigrados fixaram-se há menos de 10 anos)				
Irlanda	9	26	64	129
Noruega	24	22	55	157
Reino Unido	22	22	56	8.677
Países europeus de emigração antiga (mais de 50% dos portugueses emigrados fixaram-se há mais de 10 anos)				
Espanha	48	24	28	3.645
Suécia	15	21	65	170
Itália	39	31	30	216
França	73	16	11	7.580

Fonte: OCDE, Database on Immigrants in OECD Countries, DIOC 2010/11 (Rev 3 File B), apuramentos dos autores.

mas apenas de entradas (imigração), seria necessário dispor de dados de caracterização dos fluxos de entrada de portugueses nos países de destino, normalmente designadas como estatísticas espelho (UNECE, 2011: 75) por os movimentos de saída corresponderem, *grosso modo*, aos movimentos de entrada.⁷

É raro, porém, que a informação sobre entrada nos países de destino tenha outros dados para além dos que se referem ao volume dessas entradas por nacionalidade ou país de origem. Dados sobre a estrutura das qualificações dos fluxos de entrada de imigrantes, por nacionalidade ou origem, são raros. No caso da emigração portuguesa, uma das poucas informações disponíveis sobre este indicador é relativa às entradas em França em 2012. Nesse ano, os nascidos em Portugal constituíram o maior contingente de novos migrantes entrados em França. Os migrantes portugueses eram maioritariamente pouco qualificados: mais de metade (56%) tinha, no máximo, o ensino básico e apenas 14% um curso superior, o que fazia da migração de portugueses, a par com a dos turcos, a menos qualificada das 10 mais numerosas que, naquele ano, tiveram a França por destino. O fluxo mais qualificado era o originário dos EUA, com 72% de migrantes detentores de um diploma do ensino superior (Chantal, 2014; Espírito-Santo e Pereira, 2015).

Embora a qualificação do fluxo de Portugal para França seja superior à do *stock* de imigrantes portugueses a residir naquele país, é ainda muito inferior à do *stock* de imigrantes portugueses a residir, por exemplo, no Reino Unido, o que confirma o predomínio, na emigração para os países europeus de destino na década de 1960, de

7 Em termos de fluxos, o efeito de espelho nas estatísticas dos países de destino não é rigoroso, pois as entradas num país de nacionais de outro país não correspondem totalmente às saídas desse país, incluindo também aqueles que re-emigraram a partir de outro país que não o da sua nacionalidade ou naturalidade.

Quadro 9.3 Taxas de emigração por nível de instrução, emigração para países da OCDE, 2010/11

	Básico [ISCED 0/1/2]	Secundário [ISCED 3/4]	Superior [ISCED 5A/5B/6]	Total
Total de nascidos em Portugal com 15 e mais anos (a)	6.425.496	1.467.483	1.136.314	9.029.293
Nascidos em Portugal, com 15 e mais anos, emigrados em países da OCDE há um ano ou menos (b)	10.677	4.896	7.702	23.275
Taxa de emigração [(b)/(a)*100]	0,17	0,33	0,68	0,26

Fonte: OCDE, Database on Immigrants in OECD Countries, DIOC 2010/11 (Rev 3 File B), apuramentos dos autores.

ativos muito pouco qualificados. Ou seja, a emigração dos menos qualificados estará mais dependente da existência prévia de redes interpessoais construídas e ativadas ao longo de décadas, tirando menos proveito de novas oportunidades migratórias onde esse efeito de rede não se faz sentir.

É possível construir um indicador indireto sobre a qualificação dos fluxos da emigração portuguesa, nos anos censitários, com os dados sobre o *stock* de emigrados segundo a duração da estadia e o nível de instrução. Em 2010/11, a percentagem de imigrantes portugueses com 15 e mais anos a viver em países da OCDE e que tinham um diploma de ensino superior varia entre os 9%, no caso dos emigrados há mais de 20 anos, e os 33%, no caso dos emigrados há um ano ou menos (Observatório da Emigração, 2015: 90). Este último valor corresponde, na prática, ao do fluxo de entradas em 2010/11, em que os emigrantes qualificados representam já um terço do fluxo de emigrantes portugueses nesse ano (para países da OCDE).⁸

Analizando este indicador sobre a estrutura das qualificações dos fluxos de emigração de portugueses em 2010/11 (ver quadro 9.2), conclui-se que os licenciados eram maioritários nos fluxos que se dirigiam para *novos* países de emigração: Irlanda (64%), Noruega (55%) e Reino Unido (55%). Nos que se dirigiam para antigos países de emigração, os licenciados estavam em minoria, à exceção dos que, nesse ano, entraram na Suécia, variando a percentagem dos que tinham no máximo o ensino básico entre os 39%, na emigração para Itália, e os 73%, na emigração para França.

8 Os dados usados nos quadros 21.1 a 21.3 foram extraídos da DIOC 2010/11, base de dados compilada pela OCDE que a disponibiliza em acesso livre na sua página Web [<http://www.oecd.org/els/mig/dioc.htm>]. A base integra informação sobre a população residente nos países da OCDE, em função da sua naturalidade, em regra extraída dos censos nacionais de 2010/11. De utilidade indiscutível, a base tem no entanto problemas, em particular nos casos em que os censos são realizados por amostragem ou em que se recorre a fontes alternativas de informação, também por amostragem, como os inquéritos permanentes ao emprego. Nestes casos, os números muito pequenos das amostras, quando segmentadas por país de naturalidade, retiram fiabilidade aos dados. Por isso, há nos quadros vários países de destino da emigração portuguesa que foram excluídos, alguns com grande número de emigrantes portugueses, como a Alemanha e a Suíça. Os números apresentados pecam, portanto, por defeito, embora continuem a ser úteis para uma caracterização das *estruturas sociodemográficas* das populações portuguesas emigradas.

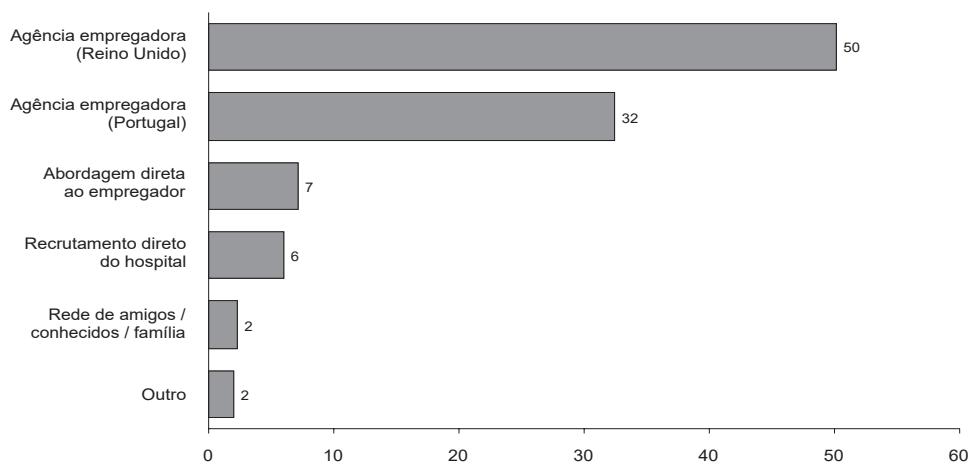


Figura 9.1 Enfermeiros portugueses no Reino Unido por meio de colocação profissional, 2014 (%)

Fonte: Pereira, Pinto e Pires (2015: 8).

O crescimento desta nova emigração qualificada traduziu-se numa maior diferenciação das taxas de emigração por qualificação. De acordo com os dados disponíveis para os países da OCDE, em 2010/11 emigraram 0,17% dos nascidos em Portugal com 15 e mais anos que tinham concluído, no máximo, o ensino básico, 0,33% dos que tinham concluído o secundário e 0,68% dos detentores de um diploma do ensino superior (ver quadro 9.3). Ou seja, a probabilidade de emigração era então tanto maior quanto mais elevado fosse o nível de instrução. Por outras palavras, à desigualdade no plano das qualificações correspondia uma clara desigualdade no plano das oportunidades migratórias.

Os emigrantes mais qualificados podiam aproveitar mais as oportunidades de emigração entre outras razões porque, como se viu, não estavam tão dependentes da existência prévia de redes interpessoais como os menos qualificados. Na emigração para novos destinos, como o Reino Unido, havia, por isso, uma percentagem bem mais elevada de diplomados do ensino superior tanto em termos acumulados, de stock, como, sobretudo, em termos de fluxo, ou seja, nas entradas anuais de novos migrantes.

A emigração dos mais qualificados tira um proveito acrescido dos recursos e processos organizacionais formais de recrutamento do trabalho migrante. Os estudos sobre a emigração de enfermeiros portugueses, em particular para o Reino Unido, permitem evidenciar esta propriedade da emigração qualificada.

Esses estudos revelam, por exemplo, que, ainda antes de terminarem a licenciatura, já vários estudantes de enfermagem tinham recebido informação de agências de emprego para trabalhar em países como o Reino Unido ou a Bélgica (Pereira, 2015). Enfermeiros que finalizaram o curso antes de 2010 encontraram com facilidade anúncios em websites de emprego na internet e em grupos do Facebook, com propostas para

irem trabalhar para França, Suíça, Alemanha ou Irlanda. Outros, ainda, informados por amigos, foram a sessões de apresentação sobre oportunidades e condições de trabalho na Arábia Saudita ou nos Emirados Árabes Unidos. Ações de recrutamento foram também apontadas como o principal fator de atração para as enfermeiras portuguesas que emigraram para a Alemanha (Stoehr, 2015).

O predomínio de processos organizacionais formais de recrutamento do trabalho migrante qualificado é claramente demonstrado num inquérito a enfermeiros portugueses emigrados no Reino Unido, realizado em 2014. Nesse inquérito, 72% dos respondentes declararam ter obtido o emprego através de agências empregadoras, seja através de agências inglesas (50%) ou de agências portuguesas (32%). Outros meios formais e organizacionais usados teriam sido a abordagem direta ao empregador (7%) e o recrutamento direto pelos hospitais (6%). Apenas 2% concretizaram a emigração recorrendo a apoios disponíveis em redes de amigos, conhecidos ou família (ver figura 9.1) (Pereira, Pinto e Pires, 2015). Os processos formais de recrutamento, profissionalmente organizados, foram pois a regra, enquanto os processos informais e individuais de emigração constituíram a exceção.

Vários testemunhos recolhidos em entrevistas ilustram, com clareza, o modo de operação daqueles processos formais de recrutamento. Por exemplo:

Em maio de 2013, faltavam três a quatro meses para terminar a licenciatura, na Escola Superior de Saúde de Leiria, e a empresa de recrutamento foi lá fazer uma apresentação. Eu fui à entrevista, passei e ofereceram-me trabalho logo naquele dia. [...] Entretanto, convenci o meu namorado, que é educador social e estava desempregado, a vir trabalhar para cá como auxiliar. Depois, acabei o curso, inscrevi-me na Ordem dos Enfermeiros e comecei logo a tratar do que precisava para emigrar. Queriam que eu fosse o mais rapidamente possível, que viesse para cá mesmo sem ter a declaração de equivalência da Ordem, para me ambientar e depois poder trabalhar com eles como enfermeira. Acabámos por vir no final de setembro de 2013 [Ágata (nome fictício), 26 anos, distrito de Leiria, a trabalhar na Irlanda, 2014] (em Pereira, 2015: pp. 121-122).

Note-se que estes processos não se substituem à operação de redes de relações de interconhecimento pessoal, somam-se a estas, sendo por elas reforçadas e completadas, tanto no plano do acesso ao emprego como noutros domínios envolvidos no processo de migração. Ou seja, os emigrantes potenciais mais qualificados não operam simplesmente com recursos diferentes na construção das suas decisões e trajetórias migratórias, antes mobilizam um leque mais alargado de tipos de recursos.

Eu andava num dilema, ou ia para Espanha, ou ia para a Suíça. Já tinha muitos colegas a fazer o tal curso de francês, alguns com o curso já feito e com perspetivas de trabalho na Suíça. [...] Vi na internet [agências de recrutamento] e também vi lá, na Escola Superior de Chaves, porque já estavam a fixar cartazes com anúncios. [...] Antes mesmo de começar a trabalhar em Espanha, encontrei também outras propostas, já, na altura, para trabalhar no Reino Unido. [...] Eu fui sortudo em ir trabalhar para a Galiza. Fui a Ourense, à Delegação do Governo Central, tratar dos documentos para a

homologação da minha licenciatura em Espanha. Lembrei-me de deixar o currículo numa fundação, onde colegas meus trabalhavam. Falei com o diretor da empresa, que me recebeu pessoalmente. [Nuno, 28 anos, Vila Real, enfermeiro que reemigrou de Espanha para Inglaterra, 2014] (em Pereira, 2015: pp. 138-9).

Voltando ao início desta segunda secção. A imagem pública sobre a nova emigração portuguesa como uma emigração composta maioritariamente por ativos qualificados está errada, como dissemos, mas não é arbitrária. De facto, ela dá conta de transformações importantes na composição da emigração portuguesa, ainda que exagerando-as.⁹ Em primeiro lugar, dá conta do facto de ser hoje maior a percentagem de ativos qualificados entre os que emigram, em segundo, do facto de essa maior percentagem de ativos qualificados estar a crescer mais do que a dos não qualificados.

Na nova emigração da era do euro, os migrantes qualificados que saem do país, maioritariamente para se estabelecerem noutras países europeus, cresceram em número e, portanto, em visibilidade. Numa primeira fase, esse crescimento processou-se, sensivelmente, ao mesmo ritmo a que cresceu a qualificação da população portuguesa, em geral. Depois da crise de 2008 e, em particular, na sequência das políticas de austeridade, aumentou o crescimento da emigração qualificada. Os efeitos sistémicos de rede decorrentes deste crescimento recente estão a criar condições para a continuidade do fluxo, mesmo depois de reduzida a intensidade dos fatores de repulsão que estiveram na sua origem.

Os efeitos de rede, observáveis em todos os processos migratórios, são, no caso dos mais qualificados, ampliados pela possibilidade que estes têm de tirar proveito de processos organizacionais formais de informação e recrutamento. A desigualdade aqui operante é dupla: por um lado, mais recursos culturais podem ser mobilizados para aceder, avaliar e concretizar oportunidades de emigração. Por outro, essas oportunidades tendem a ser activamente promovidas a partir dos países de destino na sequência de políticas que privilegiam, numa lógica de concorrência agressiva, o recrutamento de trabalho qualificado, mesmo quando fecham a imigração aos menos qualificados.

A análise dos dados sobre a nova emigração portuguesa no século XXI contribui para confirmar a plausibilidade destas relações entre migrações, qualificações e desigualdades sociais. De facto, foi possível verificar que:

- a taxa de emigração (ou probabilidade de emigração) é quatro vezes maior nos setores mais qualificados do que nos menos qualificados;
- a emigração dos menos qualificados dirige-se predominantemente para destinos mais tradicionais, revelando uma maior dependência da existência prévia de redes interpessoais;
- a emigração dos mais qualificados tende a ser maioritária nos fluxos que se dirigem para os novos destinos da emigração portuguesa, porque menos

⁹ Para uma análise mais pormenorizada dessas transformações e, em particular, do crescimento da emigração qualificada e das suas características e modalidades particulares, ver Peixoto *et al.* (2016), Gomes *et al.* (2015) e Lopes (2014).

- condicionada pela existência de conexões prévias e com mais capacidade para tirar proveito de processos organizacionais formais de recrutamento;
- a emigração dos mais qualificados tem crescido mais do que a dos menos qualificados.

Referências bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (2001), *Community. Seeking Safety in An Insecure World*, Cambridge, Polity.
- Beine, Michel, Frédéric Docquier e Hillel Rapoport (2006), "Measuring international skilled migration: new estimates controlling for age of entry", dataset, *The World Bank*, [<http://go.worldbank.org/5G554IF6C0>].
- Brutel, Chantal (2014), "Les immigrés récemment arrivés en France: une immigration de plus en plus européenne", *Insee Première*, 1524 [<http://www.insee.fr/fr/statistiques/1281393>].
- Candeias, Pedro, et al. (2016), "A nova emigração para Angola: integração diferenciada e forte ligação a Portugal", em João Peixoto et al. (org.) (2016a), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva, pp. 199-233.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, Porto, Afrontamento.
- Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Espírito-Santo, Inês (2013), *Du Clandestin au Citoyen Européen. Quand les Immigrés Portugais Font Figure de Travailleurs (France, 1962-2012)*, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) [<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00931035/document>].
- Espírito-Santo, Inês, e Cláudia Pereira (2015), "18 mil portugueses emigraram para França em 2012", *Observatório da Emigração* [<http://observatorioemigracao.pt/np4/4276.html>].
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- Ferreira, Bárbara, et al. (2016), "A atual emigração para Moçambique: identidades complexas no quadro de um movimento Norte-Sul em contexto pós-colonial", em João Peixoto et al. (org.), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva, pp. 235-271.
- Ferreira, Manuel Ennes (1990), *Angola-Portugal, do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, Lisboa, Escher.
- Froissart, Chloé (2013), *La Chine et ses Migrants. La Conquête d'Une Citoyenneté*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity.
- Goldin, Ian, Geoffrey Cameron e Meera Blarajan (2011), *Exceptional People. How Migration Shaped Our World and Will Define Our Future*, Princeton, Princeton University Press.
- Gomes, Rui Machado, et al. (2015), *Fuga de Cérebros. Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*, Lisboa, Bertrand.
- Jansen, Clifford (1969), "Some sociological aspects of migration", em John A. Jackson (org.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73.

- Johnson, James H., e John Salt (1990), "Labour migration: the general context", em Johnson H. Johnson e John Salt (orgs.), *Labour Migration: The Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World*, Londres, David Fulton Pub, pp. 1-13.
- Kaufmann, Vincent, Manfred Max Bergman e Dominique Joye (2004), "Motility: mobility as capital", *International Journal of Urban and Regional Research*, 28 (4), pp. 745-756.
- King, Russel, et al. (2010), *The Atlas of Human Migration. Global Patterns of People on the Move*, Londres, Earthscan.
- Kovacheva, Vesela, et al. (2012), "Comparing the development of free movement and social citizenship for internal migrants in the European Union and China: converging trends?", *Citizenship Studies*, 16 (3-4), pp. 545-561.
- Léonard, Yves (1999), "O ultramar português", em F. Bethencourt e K. Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 31-50.
- Liang, Zai (2015), "Migration, hukou, and the prospects of an integrated chinese society", em Jacques deLisle e Avery Goldstein (orgs.), *China's Challenges*, Filadelfia, University of Pennsylvania Press, pp. 42-59.
- Lopes, João Teixeira (2014), *Geração Europa? Um Estudo Sobre a Jovem Emigração Qualificada Para França*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Merton, Robert K. (1968, 1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou.
- Murteira, Mário (1999), "A economia colonial", em F. Bethencourt e K. Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 104-149.
- Observatório da Emigração (2015), *Portuguese Emigration Factbook 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL [doi: 10.15847/CIESOEMFB2015].
- Özden, Çaglar, e Maurice Schiff (orgs.) (2006), *International Migration, Remittances, and the Brain Drain*, Washington DC e Hounds Mills, The World Bank e Palgrave Macmillan.
- Paulo, J.C. (1999), "Da 'educação colonial portuguesa' ao ensino no ultramar", em F. Bethencourt e K. Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 304-333.
- Peixoto, João (1999), "A emigração", em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 152-181 e 212-213.
- Peixoto, João, et al. (orgs.) (2016), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pereira, Cláudia (2015), *Vidas Partidas. Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro*, Loures, Lusodidacta.
- Pereira, Cláudia, Nuno Pinto, e Rui Pena Pires (2015), "Portuguese nurses in the UK 2014 / Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014", *OEm Fact Sheets*, 3, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL [doi: 10.15847/CIESOEMFS2015-pt-en].
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Pires, Rui Pena, et al. (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL [doi: 10.15847/CIESOEMRE012014].
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.
- Salt, John (1987), "Comparative trends in international migration study", *International Migration*, 25 (3), pp. 241-250.

- Sen, Amartya (2009), *The Idea of Justice*, Londres, Penguin Books.
- Solinger, Dorothy J. (1999), *Contesting Citizenship in Urban China. Peasant Migrants, the State, and the Logic of the Market*, Berkeley, University of California Press.
- Stoehr, Anne Lucie (2015), "A emigração de enfermeiras portuguesas para a Alemanha", em Cláudia Pereira (2015), *Vidas Partidas. Enfermeiros Portugueses No Estrangeiro*, Loures, Lusodidacta, pp. 41-52.

Publicação Original

Pires, Rui Pedro, e Pereira Cláudia (2018), "Migrações, qualificações e desigualdade social", em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 335-352.
Republicado nesta obra com autorização